

# ÍNDICE

Prefácio de António Cândido Franco .....	11
Explicação.....	13
1. ....	17
2. ....	39
3. ....	53
4. ....	73
5. ....	83
6. ....	95
7. ....	107
8. ....	123
9. ....	135
10. ....	161
11. ....	189
12. ....	219
Bibliografia .....	257

## PREFÁCIO

Pedro Martins neste seu novo trabalho não se afasta da sua linha anterior – ler o que há de mais vital e vivo nas manifestações da cultura portuguesa a partir dum estrato iniciático, que é anterior às religiões e que lhes sobreviveu muitas vezes à margem ou mesmo em franco antagonismo.

Isto deu já proveitosos frutos na leitura duma pintura ainda tão mal conhecida como a de Vasco Fernandes, o autor dos painéis do Retábulo da Sé de Viseu, coevo de Gil Vicente e de Bernardim e sobre o qual tão pouco se sabe.

Com idênticas chaves de leitura – experiência e saber iniciáticos – ele consegue agora uma cerrada e prodigiosa interpretação de parte da obra de Jaime Cortesão e que fica desde já a ser, pela inteligência, finura e teimosia com que cinge as letras, um marco assinalável de progressão nos estudos sobre a poesia e o teatro do autor.

Só agora, após este trabalho, estamos em condições de começar a vislumbrar as verdadeiras dimensões duma obra poética e dramática que sem a simbologia iniciática ficava amputada dum espírito essencial que em muito contribui para a sua altura e o seu desmedido valor.

Cortesão é um dos grandes escritores do século XX português e este livro de Pedro Martins, escrito numa era sombria de morte e de esquecimento, contribui como nenhum outro até hoje para lhe restituir a aura de grandeza e de luz que tem.

ANTÓNIO CÂNDIDO FRANCO



## EXPLICAÇÃO

A nossa descoberta da literatura de Jaime Cortesão deu-se há cerca de uma década. Tudo começou pelo volume que reúne a sua *Poesia*, com a leitura de *A Morte da Águia, poema heróico em VII cantos*, cuja saída a lume, precedendo em poucos meses a implantação da República Portuguesa, lhe assinalara a estreia poética em livro. E logo pela análise das primeiras estrofes se nos depararam referências textuais que indiciariamente remetiam para o domínio da tradição iniciática.

Quem tiver lido *O Rei do Mundo*, de René Guénon, talvez não desconheça que a *montanha* e a *caverna*, sobretudo se em conexão, podem constituir figurações simbólicas de um *centro espiritual*, esse *axis mundi* que é o lugar natural da iniciação. O iniciado seria ali a Águia, animal simbólico por excelência e atributo do discípulo dilecto, a quem é dado olhar a luz de frente, como também sucede nas lojas de S. João.

Porfiando em tão promissora senda, vimos as suspeitas avolumarem-se. Porém, a haustos. Dispersos por outras solicitações, não nos foi possível, nos anos imediatamente subsequentes à descoberta, dispensar à indagação a cadência de uma atenção pertinaz, da qual sempre o aprofundamento iluminante e uma visão de conjunto haveriam de depender.

Em 2010, ano em que se assinalou o cinquentenário da morte de Jaime Cortesão, Elsa Rodrigues dos Santos, Presidente da Sociedade da Língua Portuguesa, que hoje recordamos com uma enorme saudade e não menor gratidão, convidou-nos a proferir uma palestra sobre o grande historiador no âmbito da actividade cultural daquela instituição, o que somente viria a suceder em 25 de Maio de 2011. E, se bem



que o nosso foco tenha então incidido no sentido filosófico do *corpus* historiográfico, não deixámos de atender, pois que o *esquema dinâmico* subjacente assim o impusesse, a certo aspectos da sua poesia e do seu teatro, perfunctoriamente assinalando, quanto à primeira, alguns tropos reveladores da sua significação esotérica, o que o leitor, querendo, poderá comprovar pela leitura de “Pátria, História e Epopeia: Álvaro Ribeiro, Jaime Cortesão e a *Renascença Portuguesa*”, um extenso artigo publicado nos números 8 (2.º semestre de 2011) e 9 (1.º semestre de 2012) da revista *Nova Águia*, em que se desenvolvem os tópicos daquela palestra, originalmente intitulada “Pátria, História e Epopeia na Obra de Jaime Cortesão”.

Recentemente, nos dois últimos anos, foi-nos possível retomar o estudo da poesia de Cortesão, tal como ela se patenteia em *A Morte da Águia*, *Glória Humilde* (1914), *Divina Voluptuosidade* (1923) e *Missa da Meia-Noite e Outros Poemas* (1940), assim se pondo termo a um longo hiato no nosso convívio com o escritor. Na aparência digressivo, o afastamento, do qual, por intermitente, melhor se dirá ter sido um distanciamento, com compreensível ganho de perspectiva, muito beneficiou de outras andanças. O aprofundamento, entretanto empreendido, do estudo de obras decisivas como as de António Telmo, René Guénon e André Benzmira permitiu-nos lançar um outro, renovado olhar sobre os fecundos poemas do homem de acção. E as conclusões a que chegámos foram motivo da maior surpresa, em muito superando as expectativas que as suspeitas iniciais nos tinham permitido criar. Se já não será pouco afirmar que *A Morte da Águia*, como se vai demonstrar, nos oferece um lídimo paradigma do poema iniciático, conseguimos ainda imaginar a estranheza, a repulsa, mesmo o escândalo, que a aproximação, se não a vinculação, do poeta a formas tradicionais como o martinismo ou a *Kabbalah*, por nós *razoavelmente* ensaiada, poderá suscitar, no itálico enfático deste último sublinhado se depositando as razões que adiante serão aduzidas. De bom grado as veremos debatidas, mesmo se, desde *O Segredo do Grão do Vasco: de Coimbra a Viseu, o 515 de Dante*, nos habituámos ao peso de um silêncio somente entrecortado por raras vozes compreensivas. Mais cómodo parece ser tudo fazer por ignorar o que, de todo, se desconhece, se não pode entender ou se rejeita, sobretudo quando isso nos possa desviar do ramerrão comprazido de alguns lugares



demasiado comuns, alçados a altares onde, sem sobressaltos, se oficia ao deus das ideias feitas.

Não que façamos tábua-rasa das investigações que Cortesão tem merecido dos seus estudiosos. Longe disso. Nelas encontramos copiosos, valiosos informes e observações do maior interesse, sendo de elementar justiça realçar os contributos bibliográficos de Neves Águas e Daniel Pires, os estudos em livro de José Manuel Garcia e Alfredo Ribeiro dos Santos ou, mais recentemente, a obra colectiva *Proença, Cortesão, Sérgio e o Grupo Seara Nova*.

Bem que sobretudo nos tivesse movido a demanda do sentido anagógico da poesia de Jaime Cortesão, o leitor poderá de seguida verificar como o sentido moral ou político das suas composições nos mereceu também a melhor atenção, e nem de um outro modo poderia ser, estando em causa um autor que sempre procede da contemplação para a acção. A este respeito, importará transcrever alguns parágrafos sobre *A Morte da Águia*, extraídos do luminoso estudo que António Cândido Franco publicou no já referido volume *Proença, Cortesão, Sérgio e o Grupo Seara Nova*:

Estão assim presentes neste poema de 1909 todos os valores metafísicos e sociais – franqueza, liberdade, individualismo criador, ajuda mútua, sacrifício dos seres superiores aos inferiores, desejo, além, morte, luz e renascimento – que depois encontraremos associados à publicação da revista *A Águia*, cujo primeiro número é de Dezembro de 1910, e à fundação da Renascença Portuguesa, em finais do ano de 1911. Nesse sentido, basta atentar nas dedicatórias dos cantos do poema (Guerra Junqueiro, Teixeira de Pascoaes, António Correia de Oliveira e Leonardo Coimbra) para se perceber como a geração da Renascença Portuguesa nele se desenhava já com uma nitidez surpreendente.

Na verdade, um dos pontos fortes da estreia poética de Jaime Cortesão foi essa capacidade de catalisar num curto espaço de tempo uma geração; fê-lo em torno dum projecto colectivo que tinha por imagem um símbolo identificador, a águia, e por acção um mito dinamizador, o do renascimento. Com a passagem do poema à criação da revista, cujo baptismo a ele se deve, e à fundação da associação cultural portuense, é como se o bailado de corpos imateriais que dançam nos versos de Cortesão se concretizasse numa linha humana de terra.



A águia mítica de Cortesão, verdadeiro Sol cosmológico do universo, é agora Portugal (não referido sequer no poema de 1909). Cabe-lhe a ele, Portugal, depois da revolvente transformação do dia 5 de Outubro, a heroicidade dum novo começo ou dum novo voo. Em lugar da Águia, Portugal; em vez do universo cosmológico, o concerto das nações humanas, onde o país de Camões há-de fazer a vez do titã prometeico ou da águia redentora. A águia como metáfora superior de Portugal, eis então o ideário da Renascença Portuguesa. (Franco, 2015: 454)

Como quer que seja, o caminho que foi feito levou-nos ainda a esboçar um retrato espiritual do homem audaz, intrépido e tenaz, que os seus quatro livros de poemas nos permitiram revelar, desde já se exarando penitência pela minguagem de elementos biográficos que o estudo que se segue irá evidenciar. Envolve, porém, tal acto de contrição a confissão do delito deliberado: neste âmbito, não foi aquele o propósito, não cabendo ao seu autor arcar com culpas por persistir tão rarefeita a bibliografia passiva, notadamente a biográfica, de um dos maiores entre os portugueses que foram grandes em todos os tempos. Ainda assim, segundo crê, não terá deixado de facultar ao leitor as informações estritamente necessárias à compreensão do que lhe afirma, propõe ou sugere.

Barbi-ruivo como Camões, com este partilhará ainda Cortesão a feição aventureira de uma natureza guerreira e cavaleiresca que lhe dita o sentido e o destino de toda uma vida. Uma vida de herói, como no genial poema sinfónico de Richard Strauss. Mas herói de um heroísmo que meças possa pedir ao de Homero, Virgílio e Dante. Para tanto teve o barbi-ruivo de morrer, *artisticamente*, já se vê, como, partindo de António Telmo, e da sua *Arte Poética*, se impõe aqui precisar. Mas sem esta sua morte não haveria a exaltação em que a luz o transfigura.

Cotovia, Sesimbra,  
18 de Março de 2018



## 1.

O estudo de *A Morte da Águia* como paradigma do poema iniciático requer que, de antemão, se considere uma dicotomia fundamental. Com raízes reconhecíveis na Grécia Antiga (cf. Guénon, 2002: 248; Benzimra, 2013: 9-10), mas de aplicação genérica às diversas formas tradicionais, por ela se distinguem os *pequenos mistérios* dos *grandes mistérios*, não como «gêneros de iniciação diferentes», mas como «estádios ou graus de uma mesma iniciação» (Guénon, 2000: 248). Veremos que estes dois estádios estão claramente representados no *poema heróico* de 1910.

Na lição de René Guénon,

os «pequenos mistérios» compreendem tudo o que diz respeito ao desenvolvimento das possibilidades do estado humano encarado na sua integralidade; conduzem àquilo a que chamá-mos a perfeição desse estado, quer dizer, ao que é designado tradicionalmente como a restauração do «estado primordial». (Guénon, 2000: 248)

Em obra recente, *Petits et Grands Mystères dans la Kabbale*, André Benzimra define o homem restabelecido no estado primordial como «aquele a quem os Hebreus chamavam Adão paradisíaco, o homem que era um com o mundo de modo que todos os corpos eram como outros tantos órgãos seus e a alma de cada coisa era uma parte da sua alma» (Benzimra, 2013: 9). Muito significativamente, René Guénon



fala ainda, a este propósito, de uma «regeneração psíquica» (Guénon, 2002: 210), o que pressupõe prévia degenerescência da alma humana, mediante um processo de condensação de que adiante nos ocuparemos.

De novo em Guénon, nos seus *Aperçus sur l'Initiation*, vamos encontrar, mais do que uma definição, uma caracterização dos grandes mistérios, que

respeitam propriamente à realização dos estados supra-humanos: retomando o ser no ponto onde o deixaram os «pequenos mistérios», e que é o centro do domínio da individualidade humana, conduzem-no para além deste domínio, e através dos estados supra-individuais, mas ainda condicionados, até ao estado incondicionado que é o único verdadeiro fim, e que é designado como a «Libertação final» ou como a «Identidade Suprema». (Guénon, 2000: 248-249)

O autor lança mão do simbolismo geométrico para caracterizar estas duas fases da iniciação, ou da realização espiritual que lhes é inerente. Os pequenos mistérios surgem assim referidos à *realização horizontal* e os grandes mistérios à *realização vertical*, «devendo a primeira servir de base à segunda» (Guénon, 2000: 249). Essa base aparece-nos «representada simbolicamente pela terra, que corresponde ao domínio humano, e a realização supra-humana é então descrita como uma ascensão através dos céus, que correspondem aos estados superiores do ser». E, de imediato, esclarece o autor:

É aliás fácil de compreender por que a segunda pressupõe necessariamente a primeira: o ponto central do estado humano é o único onde será possível a comunicação directa com os estados superiores, efectuando-se esta pelo eixo vertical que encontra neste ponto o domínio humano; é pois necessário ter chegado primeiro a este centro para que seja depois possível a elevação, seguindo a direcção do eixo, aos estados supra-individuais; e eis porque, para empregar a linguagem de Dante, o «Paraíso terrestre» é uma etapa na via que conduz ao «Paraíso celeste». (Guénon, 2000: 249)

No livro já citado, André Benzmira ensina que a *Kabbalah* comporta dois estudos, referindo, correspondentemente, o *Maaseh Bereschith*





– a *Obra da Criação* –, que consiste num comentário ao primeiro capítulo do *Genésis*, à cosmologia e aos pequenos mistérios; e o *Maaseh Merkavah* – a *Obra do Carro* – à teologia e aos grandes mistérios (cf. Benzimra, 2013: 9). Destes afirma ainda que «visavam primeiramente identificar o homem com o Universo inteiro, quer dizer, com o conjunto dos mundos, e depois restabelecer a união do homem com a Divindade» (Benzimra, 2013: 10).

Se a recondução dos grandes mistérios à teologia parece não suscitar dúvidas – embora Guénon prefira, a este respeito, falar em «metafísica», modo de frisar que o respectivo «domínio» pertence à «ordem sobrenatural» (Guénon, 2000: 250) –, já a correspondência dos pequenos mistérios com a cosmologia impõe a prevenção de que «estes comportam essencialmente o conhecimento da natureza», mas «encarada do ponto de vista tradicional e não do ponto de vista profano que é o das ciências modernas» (Guénon, 2000: 250).

Há, pois, uma subordinação, a que, com propriedade, se poderá chamar *hierárquica*, dos pequenos mistérios, correspondentes às ciências tradicionais, aos grandes mistérios, que respeitam já ao conhecimento metafísico puro (cf. Guénon, 2000: 250).

Paralela a esta distinção, mas com ela se articulando plenamente, cabe aqui, desde já, assinalar uma outra, que, de resto, se irá revelar do maior interesse para o nosso estudo. Permite operar a destrição entre a *autoridade espiritual* e o *poder temporal*, a que respectivamente se referem a *iniciação sacerdotal* e a *iniciação real* (cf. Guénon, 2000: 249). Na verdade, não estamos perante dois géneros distintos de iniciação. Trata-se, apenas, de duas grandes etapas iniciáticas, pois que por elas se cumpram, correspondentemente, a realização espiritual própria dos grandes mistérios e a que, previamente, terá respeitado aos pequenos mistérios. Não nos deteremos, por ora, nesta matéria, porque já as primeiras estrofes de *A Morte da Águia* reclamam a nossa atenção.

\*

\* \*

Neste momento, importa prevenir o leitor para uma realidade que se lhe tornará evidente no curso da nossa exposição: o entrecho de *A*

